

Inflação de 11% este mês. Como fica o acordo com o FMI?

A previsão da inflação é da própria Seplan. E torna praticamente impossível a média de 5%, prometida ao Fundo para este último trimestre.

O governo já chegou à conclusão de que não conseguirá cumprir a primeira meta prevista na carta de intenção que enviou ao FMI: a de manter a taxa média mensal de inflação, no último trimestre, em 5%. Ontem, depois de um exame detalhado do comportamento dos preços e da situação de oferta dos principais produtos alimentícios, o ministro do Planejamento e seus principais assessores concluíram que a taxa inflacionária de setembro não será inferior a 11%, contra uma taxa de 3,7% em setembro do ano passado.

Caso a taxa mensal seja mesmo de 11%, a inflação anualizada ultrapassará os 160%, que é a meta prevista pelo governo para todo o exercício. Além disso, a manutenção de uma taxa média de 5% ao longo dos últimos três meses do ano exigirá uma queda drástica no índice, já em outubro, uma hipótese que os próprios técnicos da Seplan consideram remota.

Durante a reunião de ontem, eles constataram que o governo não dispõe mais de nenhum estoque regulador de alimentos e, portanto, terá de valer-se das importações para manter a oferta no mercado interno e, por essa via, tentar uma estabilização de preços. Por isso, eles acreditam que a pressão dos preços dos alimentos sobre a taxa inflacionária vai continuar, especialmente se os produtos importados, ou em fase de importação, não ingressarem o mais cedo possível no mercado.

De acordo com a análise dos técnicos do Planejamento, no último trimestre ainda haverá pelo menos um reajuste nos preços dos combustíveis e outro nos preços do trigo, em função do compromisso de retirar os subsídios a esses dois produtos, assumido com o Fundo Monetário Internacional.

Embora uma corrente considere que os preços dos alimentos já alcançaram o teto máximo e que, doravante, os consumidores vão se retrair, reduzindo o consumo ou substituindo produtos mais caros por outros mais baratos, o que terá como consequência, pelo menos uma estabilização nos preços, prevaleceu o ponto de vista de que a pressão continuará, e que a meta negociada com o FMI, a esta altura, parece inalcançável.

Equívocos

Segundo um informante qualificado, foi feita, durante a reunião, uma análise crítica da política do governo, com o propósito de investigar quais as razões que levaram o setor de abastecimento a um virtual colapso, constatando-se que houve equívocos em relação à liberação de estoques de milho para a exportação, assim como em função da demora na sustação das exportações de óleo e outros produtos do complexo soja.

No caso do milho, havia o compromisso anterior de exportar, que não poderia ser unilateralmente rompido, sob pena de o País perder o mercado para transações futuras. Em relação ao óleo de soja, prevaleceu o interesse do governo em exportar o máximo possível de produtos, com o propósito de alcançar a meta do superávit comercial de US\$ 6 bilhões, que deverá ser superada em pelo menos US\$ 300 milhões.

Ainda assim, sabe-se que desde o início de julho a Secretaria de Abastecimento e Preços — Seap — vem insistindo junto à Cacex no sentido de suspender ou contingenciar as exportações de produtos do complexo soja, sem êxito. Acabou prevalecendo o ponto de vista do diretor do órgão, Carlos Viacava, empenhado em exportar o maior volume possível de produtos agrícolas.